



A PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO CAMPO: um estudo sobre as concepções e práticas culturais decorrentes do Programa “Arca das Letras” no Maranhão

Carlos Wellington Soares Martins¹
Iris Maria Ribeiro Porto²

Resumo

Objetiva delimitar um quadro da situação política, social e cultural do Estado do Maranhão e suas contradições no que diz respeito à políticas no meio rural, mas especificamente as referentes a letramento e acesso a bens culturais. Realiza uma breve análise das políticas públicas de incentivo a leitura, com ênfase no Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” cujo público-alvo são as comunidades rurais. Constata que a democratização do acesso à informação se configura como um importante fator para que o indivíduo se sinta parte da construção de uma sociedade através das relações sociais propiciando o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Bibliotecas rurais. Políticas públicas. Comunidades tradicionais. Leitura.

Abstract

Objective to delimitate a picture of the situation politics, social and cultural of the State of the Maranhão and its contradictions in what it says respect to the politics in the agricultural way, but specifically referring a literacy and access the material property. The reading specifically carries through one brief analysis of the public politics of reading incentive, but specifically the “Programa de Bibliotecas Rurais Arca das Letras” that it has as public-target the agricultural communities. It evidences that the democratization of access to information is configured as an important factor for the individual to feel part of building a society of social relations through providing local development.

Keywords: Agricultural libraries. Public politics. Traditional communities. Reading.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: cawell2000@uol.com.br

² Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



1 INTRODUÇÃO

Várias teorias desenvolvimentistas surgem a todo o momento com fórmulas uniformes apresentadas como soluções para diversos problemas e para que sirva como alavanca para um pseudodesenvolvimento com ênfase na industrialização, regulação econômica em detrimento dos anseios sociais aumentando cada vez mais as discrepâncias evidenciadas num país tão diversificado como o Brasil.

Nesse sentido, como forma de minimizar essas mazelas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou um direcionamento de políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro, tendo a categoria território com destaque em sua atuação e ponto principal na delimitação de ações com a criação do Programa Territórios da Cidadania.

Com essa realidade como cenário, procura-se no presente texto, analisar de que forma a dimensão espacial, ou mais precisamente a abordagem territorial do desenvolvimento rural tem sido incorporada às políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro no período recente. Pretende-se analisar, ainda, a trajetória de políticas públicas empreendidas pelo MDA no meio rural, mas especificamente aquelas ligadas a incentivo a leitura através do Programa de Implantação de Bibliotecas Rurais Arca das Letras.

Para se alcançar esse objetivo, além das leituras realizadas, consultaram-se os documentos oficiais e dados disponíveis nos sites do MDA, especificamente o Portal da Cidadania, Secretaria de Reordenamento Agrário e Comunidade Arca das Letras e o Censo 2010 e a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil além de ouvir os sujeitos sociais envolvidos no processo.

2 SEGREGAÇÃO SOCIAL E O RURAL MARANHENSE

Mesmo com o intenso crescimento da pobreza em áreas urbanas, a questão social na dimensão rural agrava-se de forma mais expressiva. Segundo Veiga (2010) 80% dos municípios brasileiros tem características rurais e detêm aproximadamente 30% da população brasileira. A maioria dessa população vive em cenário de extrema miséria, sem perspectiva alguma de vida, submetendo-se a uma subsistência sem acesso ao que existe de mais básico para uma vida digna.



O homem do campo brasileiro, em sua maioria, está desarmado diante de uma economia cada vez mais modernizada, concentrada e desalmada, incapaz de se premunir contra as vacilações da natureza, de se armar para acompanhar os progressos técnicos contra as oscilações de preços externos e internos, e a ganância dos intermediários. Esse homem do campo é menos titular de direitos que a maioria dos homens da cidade, já que os serviços públicos essenciais lhe são negados, sob a desculpa da carência de recursos para lhe fazer chegar saúde e educação, água e eletricidade, para não falar de tantos outros serviços essenciais (SANTOS, 2007, p.41-43).

Ações governamentais, para manter um diálogo e favorecer mudanças de cenários, ainda são incipientes, mantendo as comunidades rurais como coadjuvantes no processo decisório e de planejamento de políticas públicas. De acordo com a pesquisa Retratos da Leitura, do Instituto Pró Livro e Ibope Inteligência, a zona rural concentra 66% do total de não leitores no país e as capitais, 22% (INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2012).

Apesar do número relevante de investimentos industriais, questões como trabalho escravo e infantil ainda são presentes no cotidiano dos moradores da zona rural maranhense, pois a grande parte dos filhos de trabalhadores rurais ajuda os pais na roça, nas tarefas do lar, cuidando de irmãos mais novos, também trabalhando em feiras e no comércio local (MOURA, 2009). Assim, grande parte da população ainda sobrevive da agricultura de subsistência, como indica Freitas (1990, p.46):

As empresas instaladas na zona rural tiram do homem do campo não só a oportunidade de ter acesso aos bens materiais adquiridos através do cultivo da terra, mas também dos bens culturais. Em consequência da expropriação da terra, ao filho do camponês é negado o direito de poder freqüentar uma escola pelo deslocamento do trabalhador do campo, de uma região para outra, à procura de terras devolutas para plantar e morar.

A condição humana de pertencimento ao espaço pressupõe o acesso a um lugar, relacionar-se, realizar transformações e ter plena consciência disso. Expressões como: apropriação, valorização e consciência são importantes referenciais das integrações sociais (HEIDRICH, 2004). Esse fator da sociabilidade é evidenciado no pensamento de Arendt (2004, p.31) quando a autora afirma que a vida humana tem raízes permanentes num mundo de homens e de coisas feitas pelo homem, onde:

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu [...] Todas as atividades humanas são condicionadas pelo fato de que os homens vivem juntos; mas a ação é a única que não pode sequer ser imaginada fora da sociedade dos homens.

Sob essa perspectiva, questões antigas, sem resolução, permeiam o meio rural, como apontadas por Carmo (2009, p.263-264):



O espaço rural tem sofrido um conjunto de mudanças estruturais resultantes fundamentalmente do processo de urbanização que se estendem e penetram em áreas significativas das zonas rurais. No entanto, as influências da urbanização não podem ser vistas de forma homogênea, elas não se generalizam e não são apropriadas da mesma maneira pelas diferentes localidades e comunidades. Pelo contrário, todos esses processos compreendem uma série de modalidades advindas de diferentes relações estabelecidas entre a tradição e a modernização. Neste sentido, nem é o moderno que invade e coloniza os espaços rurais, nem é a tradição que se apropria, à sua maneira, dos fenômenos urbanos. Existe uma interrelação constante que depende dos contextos sociais.

Além da grande diversidade de fatores sociais, econômicos e culturais a população que reside no meio rural possui dinâmicas diferentes de acordo com ideologias e modos de vida. Soares e Carneiro (2010) enumeram as localidades de residência e trabalho de agricultores familiares, assentamentos de reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas e ribeirinhos como exemplos de comunidades rurais.

A implantação de políticas no meio rural são ainda mais polêmicas devido a conflitos de interesses e esquemas de ação mal elaborados, onde tais iniciativas acabam por estar deslocadas para o lugar comum do voluntarismo negligenciando as questões estruturais do país e as marcantes especificidades de suas regiões (BRANDÃO, 2007).

O Estado do Maranhão possui grande parcela de seu território na Amazônia Legal, sendo fator importante para se pensar o desenvolvimento, a questão ambiental e as necessidades das comunidades rurais que necessitam de acesso a terra e de viver segundo suas tradições. Dessa forma, o estado apresenta um cenário socioambiental com vários conflitos e potencialidades diante da vastidão do território brasileiro (MARQUES, 2010).

Segundo dados do Censo 2010, o Maranhão é o estado que possui o maior percentual de pessoas que habitam na zona rural num percentual de 36.9% dos 6,5 milhões de habitantes, representando um total de 2.427.640 pessoas em todo o Estado (IBGE, 2010). Em questões comparativas em relação a investimentos, melhoria na educação, saúde, infra-estrutura ou mesmo otimização em relação às políticas públicas o Maranhão sempre figura como um dos estados mais pobres do Brasil, muito atrás de outros estados da região nordeste no que tange ao desenvolvimento e a efetivação de políticas públicas.

Essa realidade acaba por incorrer numa situação desoladora, evidenciada no Censo 2010, e aponta que o Maranhão obteve o quarto pior resultado do país, com 19,1% de pessoas acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever. O Maranhão conta, segundo o IBGE, com 31,7% de pessoas com mais de 15 anos que são analfabetas funcionais. É o quarto pior índice do país. Os três estados com mais analfabetos funcionais são: Piauí (37,5%), Alagoas (36,5) e Paraíba (33,4%) (IBGE, 2010).



Um dos fortes indutores para o empobrecimento dos países está relacionado à exclusão do cidadão do mercado de trabalho, à inexistência ou ineficácia de políticas direcionadas à democratização ao acesso a informação e principalmente à falta de preparo da mão-de-obra e de investimentos em educação, com o fim de objetivar a formação integral e integradora do indivíduo numa concepção cidadã, tendo como pilar de sustentação as demandas sociais das profissões, o fortalecimento da cidadania e da democracia.

Em se tratando de bens culturais, a situação torna-se mais complicada, pois o acesso é praticamente inexistente para quem está distante dos grandes centros urbanos, onde novamente fica evidente a discrepância em ações entre o espaço urbano e o rural.

3 PARTICIPAÇÃO DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CAMPO

O Programa de Bibliotecas Rurais “Arca das Letras” já implantou arcas no Estado do Maranhão em aproximadamente 421 comunidades nos territórios da Baixada Ocidental, Cocais, Vale do Itapecuru, Baixo Parnaíba, Campos e Lagos, Lençóis Maranhenses, Médio Mearim, Alto Turu e Gurupi (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010), atendendo 38.713 famílias com características diversas que as classificam enquanto comunidades rurais compreendidas em: agricultura familiar, Projeto de Assentamento (INCRA), remanescente de quilombos, indígenas, Escola Família Agrícola, assentamento estadual, colônia de pescadores, Projeto de Crédito Fundiário e Casa Família Rural.

As políticas públicas de incentivo à leitura no país ainda são consideradas ineficientes, pois ainda são muito grandes os contrastes nas regiões evidenciadas em pesquisas que atestam sua ineficácia ao tentar diminuir o número de analfabetos no país e na democratização aos bens culturais, por meio das políticas. A falta de articulação entre governo federal, estados e municípios, juntamente com a sociedade civil acabam por dificultar na elaboração e execução de políticas públicas de incentivo à leitura, seja por questões ideológicas, partidárias ou por ineficiência no planejamento de ações. A ampliação e criação de espaços que viabilizem a sociabilidade, questões como letramento e de reafirmação identitária são cruciais para o desenvolvimento, as políticas de incentivo à leitura e bibliotecas são consideradas fator no auxílio ao desenvolvimento quando assumem uma atribuição que até então lhe era alheia: ter como seus usuários não só os estudantes



mas outros segmentos que não tinham acesso a esse tipo de bem cultural, como as comunidades rurais, negros, mulheres e os indígenas.

Nas últimas décadas, percebe-se no Maranhão arremedos de políticas culturais, desarticuladas, em sua grande maioria, de políticas globais que têm relação similar, como por exemplo, as de educação. Os investimentos feitos pelo Estado na cultura são ínfimos revelando a pouca atenção dado a área cultural. Os recursos em geral não ultrapassam 1% do orçamento geral do Estado onde as bibliotecas são negligenciadas pela maioria dos governos, que quando muito limita-se a investir em reformas e ampliação dos prédios (FERREIRA, 2006). Entretanto, uma atuação eficaz por parte de uma biblioteca depende, dentre outros fatores, do acervo, de atividades que podem ser desenvolvidas através de técnicas, métodos, processos, previsões orçamentárias, porém, nada surte efeito se não vier balizada numa sólida política (FREIRE, 1989).

Os agentes de leitura, do programa Arca das Letras são membros da comunidade, voluntários que, por meio de consulta comunitária, são selecionados para atuarem como mediadores no processo de instalação e execução do programa. Basicamente, ele é responsável por dinamizar as ações e fazer com que a biblioteca seja utilizada pela comunidade, na grande maioria a arca contendo o acervo fica na própria casa do agente de leitura, visto a coordenação do programa considerar que se a mesma estivesse em uma escola ou associação ficaria restrita a um público específico o que não condiz com o objetivo do programa que visa alcançar o maior número de moradores da comunidade oportunizando ao acesso ao livro, a leitura e na geração de um novo espaço de sociabilidade da comunidade.

Segundo Santos (1993) práticas poliárquicas são comumente verificadas em programas de ação comunitária, dos quais dependem do envolvimento voluntário de associações locais, moradores e grupos sociais que tenham a mesma dinâmica de convivência. São criados grupos de trabalho e comissões com a participação de representantes locais dos diferentes interesses em disputa, tendo eles a co-responsabilidade na formulação de políticas que expressem um mínimo divisor comum, isto é, um curso de ação que maximize os ganhos de cada grupo no limite do consentimento dos demais. A expectativa é de que alcance o seu objetivo, e o problema político consiste em obter uma decisão que seja a expressão do conflito negociado, garantindo-se a sua implementação e eficácia.

Para atuarem com agentes de leitura, os membros escolhidos pela comunidade recebem uma capacitação técnica do Programa, certificada pelo Ministério do



Desenvolvimento Agrário (MDA), onde aprendem a rotina básica de empréstimo de uma biblioteca e noções para realização de campanhas para ampliação do acervo, na organização de eventos culturais e no estímulo da leitura como prática social e cultural.

O MDA reforça que o pedido da instalação da biblioteca seja decorrente de reivindicação da comunidade, sendo intermediada pelo poder público local ou não. Na maioria das comunidades rurais do estado do Maranhão tiveram intervenção do poder público local. A grande maioria dos agentes de leitura afirma que a divulgação dos serviços oferecidos pela biblioteca na comunidade foi de boca a boca, considerada a melhor forma de divulgação pelos agentes visto as comunidades serem pequenas. Os agentes de leitura também são enfáticos na importância da instalação da biblioteca rural Arca das Letras nas comunidades. Como a maioria das pessoas que vivem em áreas rurais não dispõem desse tipo de bem cultural, o programa trouxe uma nova oportunidade para as famílias moradoras do campo. Dentre os serviços oferecidos estão: empréstimo domiciliar, empréstimo local, auxílio às pesquisas escolares e algumas atividades de incentivo à leitura. Os agentes de leitura têm o mesmo entendimento em relação a facilidade de acesso aos usuários. Porém verificou-se que a grande maioria das comunidades não seguiu um dos critérios do princípio de gestão proposto pelo MDA, não realizando campanhas de doação de livros e a quase não existência de práticas de estímulo a leitura e ao letramento.

Uma política que vise o letramento, o acesso a informação e a criação de novos espaços de sociabilidade precisa integrar-se num contexto econômico, social, cultural e político compreendendo todas essas variáveis. Toda a cultura concentrada nessas matérias e entregues a guarda de um agente de leitura, uma instituição, uma comunidade, a sociedade tem por obrigação não só preservar como também difundir, por vários meios, junto a comunidade, permitindo a participação dos grupos sociais e otimizando uma prática cultural e social.

4 CONCLUSÃO

Entendendo o desenvolvimento de um país se o grau de informação de seu povo for alto, se sua consciência for estimulada em sua população por uma ação cultural eficaz. Uma política cultural que inclua o desenvolvimento de bibliotecas, que permita o acesso a locais onde antes tais bens não chegavam se for estruturada apenas na entrega, guarda e não estiver estruturada em comum com todos os sujeitos sociais através da delimitação de ações, é uma política cultural fadada ao insucesso.



O baixo índice de bibliotecas públicas no estado evidencia o grau de pobreza em que se encontram. Fato esse decorrente, principalmente, de suas construções histórico-sociológicas pautadas numa visão colonialista, patrimonialista e sem políticas ajustadas a realidade econômica, social e cultural, assim como, a falta de políticas públicas articuladas com a sociedade civil, que possam garantir qualidade de vida e valorização do sujeito.

A falta de organização da sociedade civil no estado agrava ainda mais a situação, pois sem as organizações, não há pressão para que governos cumpram com suas responsabilidades no campo social e cultural. Mesmo com a quantidade de arcas entregues e a variedade de famílias atendidas pelo programa, sua ação encontra-se ainda de forma incipiente não encontrando ressonância na comunidade, quanto ao letramento e alfabetização. Ressalta-se que muitos dos municípios desconhecem totalmente a existência da ação, o que dificulta na construção de novas parcerias para o fomento do programa, além dos inúmeros problemas referentes aos agentes de leitura, ao dificultarem o acesso da comunidade às arcas, devido questões políticas.

Apesar de ter uma fundamentação contundente de ação, as políticas de incentivo a leitura ainda encontram-se incipientes no alcance de seus objetivos, a falta de otimização dos espaços criados em favorecer o acesso e democratização do livro e leitura reafirmam a falta de diálogo entre órgãos mantenedores e sujeitos sociais envolvidos no processo. O processo de democratização do acesso à informação torna-se dessa forma utópico se os atores envolvidos não se imbuírem desse significado. Estado e sociedade civil precisam medir esforços em conjunto para solução desses problemas, apropriando-se do conceito de cidadania e pondo-o em prática.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. São Paulo: Unicamp, 2007.

CARMO, Renato Miguel do. A construção sociológica do espaço rural: da oposição a apropriação. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n.21, p.252-280, jan./jun. 2009.

FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais; e as bibliotecas públicas para onde vão? **Pesquisa Brasileira em Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v.2 , n.1, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 23 ed. São Paulo: Cortez, 1989. (Coleção Polêmicas do nosso século; 4).



FREITAS, Izeni Dias de. **A práxis do professor rural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, 1990.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território, integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (Orgs.). **Território e desenvolvimento**: diferentes abordagens Paraná: Unioeste, 2004.

IBGE. Censo 2010 / Maranhão. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf>. Acesso em: 11 jun.2011.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil 2012**. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br/ipl/publier4.0/texto.asp?id=2834>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

MARQUES, Ana Rosa. Educação ambiental e a formação de agentes ambientais voluntários no estado do Maranhão: um cenário em movimento. In: CASTRO, Claudio Eduardo de Castro; PORTO, Iris Maria Ribeiro (Orgs.). **Abordagens geográficas da multiplicidade dos espaços maranhenses**. São Luís: Editora UEMA, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatório estadual de bibliotecas Arca das Letras entregues no Maranhão. Disponível em: <http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/arcadasletras/maranhoma/one-community?page=5&data_id=2154224>. Acesso em: 12 maio 2011.

MOURA, Flávia de Almeida. **Escravos da precisão**: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA). São Luís: EDUFMA, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Reinventar a emancipação social. Disponível em: <<http://www.ces.fe.uc.pt/posgraduacoes/programasposcolonialismoseminario/poscolonialismoseminario3.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1992. (Coleção Espaços).

SOARES, Cleide Cristina; CARNEIRO, Maria Elisabeth Ribeiro. Bibliotecas rurais para inclusão social no Brasil. **Informação e sociedade**, Brasília, DF, v.3, n.2, p.15-25, jan./jun., 2010.

VEIGA, José Eli. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2., 2010. Santa Cruz do Sul. **Anais...**, Santa Cruz do Sul: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, 2010.